

**ABOMINAR OU
ENVOLVER-SE
COM A POLÍTICA:
UMA VISÃO
EQUILIBRADA**



ENVOLVER-SE OU OMITIR-SE

Nos últimos 25 anos, o crescimento em número dos evangélicos na pátria brasileira, coincidiu com uma maior conscientização das possibilidades da liberdade, do poder dos grupos e da democracia. Assim, de comportado e submisso *curral* eleitoral até final dos anos 70, os grupos evangélicos evoluíram para disputadas *hostes* de votos que poderiam ser capitaneados através de alianças dos caciques políticos com os pastores evangélicos.

Essa descoberta do crescente poder de voto dos evangélicos gerou algumas palavras de ordem nos arraiais evangélicos: "*Irmão vota em irmão*"; "*Nossa nação é do Senhor Jesus*"; "*Vamos ganhar nossas cidades para Cristo*"; "*Vamos eleger noso primeiro presidente evangélico*"; "*Não troque seu voto por tijolo para a sua igreja*". Toda sorte de argumentação dita bíblica se espalhou para alicerçar posições a favor ou contra candidatos, partidos, ideologias.

Na história recente, pastores evangélicos alcançaram as mídias de massa com discursos tanto revolucionários como extremamente conformistas, reacionários. Alguns pentecostais foram tachados de direitistas e outros de alienados; pastores de igrejas históricas e de teologias mais liberais foram associados a movimentos *gays*, esotéricos ou espiritualistas; igrejas envolvidas com movimentos sociais foram identificadas como o "perigo vermelho".

A CONVERSÃO DO DIABO

A babel se instaurou nas planícies evangélicas: muitos inocentes úteis foram capturados pela mídia secular para fazer discursos ora de ataque a evangélicos de uma facção, ora a defender pontos de vistas claramente profanos. Por outro lado, houve visível escalada da ambição de poder temporal por parte de muitos líderes, denominações,

indivíduos e instituições evangélicas. Se a política se *cristianizou*, o fez às custas da profanação do poder eclesiástico.

Ao longo das últimas campanhas presidenciais, candidatos outrora taxados como sendo do "diabo" por alguns líderes evangélicos; no presente, devido a alianças políticas, se tornam candidatos "da Igreja". Isto nos faz pensar: mentiram os pastores, no passado, ou o "diabo" se converteu?

A antes eterna polêmica – "Pode um pastor concorrer a um cargo público?" – foi amenizada por outras questões: que aliança "devemos" fazer? (implicitamente, este "devemos" significa "nós", igreja, denominação ou grupo evangélico de interesse); como ter certeza de que vamos eleger uma pessoa "comprometida com os princípios cristãos, custe o que custar"? Como de costume no meio evangélico, todos recorrem à Bíblia.

A BÍBLIA E A POLÍTICA

Usada como fonte da verdade para as diversas áreas do conhecimento humano, a Bíblia se presta a defender pontos de vista até mesmo antagônicos. Assim é que, sendo aplicada como base de doutrinas, teologias, ideologias ou interesses, os homens dela extraem os fundamentos de suas "particulares interpretações", leia 2Pe 1:20.

Como resultado dessa miscigenação de texto sagrado com casualidades humanas, descobre-se uma vasta literatura defendendo os mais diversos pontos de vista. De fato, há suficientes porções da Bíblia que nos permitem verificar que o povo de Deus viveu e participou dos fatos políticos – ativa ou passivamente – nos diversos períodos da história. Há um desfile imenso de personagens que ocuparam posições e exerceram poder político, quer tenha sido em relação ao povo de Deus como sobre nações pagãs: José, Moisés, Davi, Daniel, Éster, Neemias e outros mais.

Se há evidências bíblicas e históricas no cristianismo tanto dos benefícios e como dos riscos da participação política, o que fazer, então? Dentre muitos textos bíblicos que possam nos fornecer alguns princípios para analisar este tema, recorro ao apólogo de Jotão, em Juizes, capítulo 9. Nele encontramos algumas luzes que podem iluminar o caminho das nossas decisões políticas.

JOTÃO, O SOBREVIVENTE

Gideão, juiz de Israel durante 50 anos, é mencionado em Hebreus 11.32 como um dos notáveis homens de fé no período do Velho Testamento. Não obstante tal reconhecimento, ele é citado também como exemplo de líder do povo de Deus que cedeu às pressões da idolatria. Ele manchou o final de sua vida com uma escolha que veio a "ser um laço... e à sua casa" (Juizes 8.27). Embora Gideão tenha resistido à tentação de aceitar a criação de uma dinastia real (8.22-23), a tal estola sacerdotal que fez para si representava a tentativa de usurpação de um poder maior ainda: o de ser o intermediário divino, o sacerdote.

O laço de Gideão logo se manifesta por meio de Abimeleque, um dos filhos de Gideão. Logo após a morte de seu pai, Abimeleque assassina sessenta e nove dos seus setenta irmãos – sobrevivendo apenas Jotão, que se escondera. A ânsia de poder provocou essa dissidência e Abimeleque proclama a cidade de Siquém – de onde sua mãe era originária – como um estado independente, chegando a dominar sobre todo o Israel durante três anos.

Jotão, compreendendo que a idolatria de seu pai agora se manifestava na rebeldia de Abimeleque, proclama a verdade aos moradores de Siquém: eles deveriam refletir sobre a escolha que estavam prestes a fazer, seguindo a Abimeleque.

A VOZ DO PROFETA

O discurso de Jotão começa com uma advertência: "*Ouvi-me... e Deus vos ouvirá*" (9.7). Os homens de Siquém estavam prontos a seguir um de seus filhos notáveis – Abimeleque – mas não compreendiam o caráter profético da condenação que pairava sobre ele. Jotão tentava adverti-los a não seguirem Abimeleque, que caíra no laço de desejar inaugurar uma dinastia real para Israel.

Gideão havia recomendado a todo Israel: "*Não dominarei sobre vós, nem tão pouco meu filho dominará sobre vós; o Senhor vos dominará*" (8.23). Mas as suas palavras foram abafadas pelo seu gesto seguinte, assumindo um poder sacerdotal do qual não fora investido. Quando Abimeleque mata os seus irmãos e oferece-se como "dominador", o gesto de Abimeleque falando mais alto: a sede de poder!

Depreendemos desse primeiro ponto do apólogo de Jotão que toda dominação sobre o povo de Deus não pode ser derivada de palavra humana. Antes, qualquer decisão precisa resultar de uma convocação profética para a igreja, destinada a ser sal e luz do mundo. Não devem os cristãos, individual ou coletivamente, ceder a argumentos, mas reconhecer a sua vocação profética em cada momento e lugar que vivam. A igreja que anuncia é a mesma que denuncia. O evangelho é perfume de vida, mas também perfume de morte. E Jotão começa a descrever tal forma de compromisso.

A OLIVEIRA

Os homens de Siquém compreendiam o significado dos elementos da paisagem rural da época – motivo pelo qual Jotão apelou para uma comparação singela, que todos pudessem compreender: os homens de Israel seriam as árvores e a oliveira seria uma primeira escolha de um tipo de rei, de governante. As árvores teriam dito à oliveira: "Reina sobre nós!". Mas, esta se esquivara, dizendo: "*Deixaria eu o*

meu óleo, que Deus e o homem em mim prezam, e iria pairar sobre as árvores?" (9.9).

A oliveira é a árvore da qual se extraía, por meio da prensagem do seu fruto, o azeite. Ela tipificava a fonte da unção do povo de Deus. Era da oliveira que vinha o caráter sagrado dos ritos e da religião, pois ela fornecia o óleo através do qual coisas, pessoas e animais eram consagrados.

A recusa da oliveira é a representação de uma posição típica do povo de Deus em todas as épocas: "Nós, os pastores, o povo de Deus, a Igreja, não devemos nos envolver nestas questões de política, de escolher quem vai nos governar. Não devemos comprometer a nossa unção". A recusa da oliveira é o posicionamento do cristão diante da política quando diz: "Isto nada tem que ver comigo, não me afeta – ou até mesmo pode me contaminar. Deus tem prazer na minha unção – e a minha pureza é também apreciada pelos homens". Certamente, o argumento é justo, mas desconhece um perigo que será explicado mais adiante por Jotão.

A FIGUEIRA

A próxima alternativa para os homens de Siquém seria a figueira.

Uma curiosidade sobre a figueira nos permite entender porque tal árvore foi utilizada por Jesus como exemplo do que o pecado provocava em Israel: ela produz o seu fruto antes das folhas, ao contrário das demais árvores. Ela simbolizava, assim, espiritualidade verdadeira (os frutos), antes de uma religiosidade aparente (as folhas).

Esta era a próxima escolha que Jotão oferecia: "Se vocês rejeitam a Deus (desejando escolher um rei), e aos seus ungidos (a oliveira), pelo menos aceitem homens espirituais (figueiras com frutos). Mas, tal figueira não se apresentou disponível, se justificando: "*Deixaria eu a minha*

doçura, o meu bom fruto, e iria pairar sobre as árvores?"(9.11).

A recusa da figueira é, também, um sinal justo de precaução diante de outra verdade historicamente comprovada: muitos cristãos, envolvendo-se na política, perdem a sua "doçura" (espiritualidade verdadeira), o seu fruto é arrancado da sua vida. Mas, é suficiente este argumento para então recusar uma chamada ao desafio de participar do ato de "pairar sobre as árvores" (governar, em algum sentido)? Iguamente, Jotão irá concluir que, não obstante a verdade do argumento da figueira em não se envolver, a sua recusa implicava em um perigo maior ainda.

A VIDEIRA

A terceira alternativa oferecida por Jotão foi a videira – ou mais comumente, uma parreira de uvas.

Há mais de uma dezena de palavras em hebraico e grego para designar o que entendemos bíblicamente como videira. Este fato realça um dos símbolos da videira, em termos bíblicos: alegria e prosperidade sobre toda a nação. Isto é, o vinho – resultado de prensar o fruto da videira – é o elemento presente nas festas, o símbolo da alegria. A diversidade dos frutos expressa nas muitas expressões da língua para representar a videira – típico de cada região e clima – alude ao fato de que as videiras se espalharam sobre todo o Israel. Era, assim, a prosperidade, a alegria, a força econômica de Israel. A videira, simboliza, deste modo, a bênção de Deus repartida sobre o Seu povo, o cumprimento das Suas promessas sobre a nação obediente. É a vitória dos valores divinos sobre os valores humanos (At 13:52).

Quando Jotão conta aos homens de Siquém que as árvores se contentariam apenas com a videira ("bons cristãos") para "pairar sobre as árvores", também lhes fala da recusa da videira: "Deixaria eu o meu vinho (a minha alegria verdadeira)...?".

A recusa da videira representa o argumento de que as bênçãos de Deus e a alegria espiritual dos cristãos não devem ser desperdiçadas em "negócios deste mundo". Aparentemente, esta prudência se justificaria, mas ela desconhece o perigo que, finalmente Jotão proclama aos moradores de Siquém.

O GOVERNO DO ESPINHEIRO

Somente ao sermos apresentados à opção do governo do espinheiro é que compreendemos que as três primeiras alternativas compunham três diferentes grupos de preferências, mais do que uma hierarquia de escolhas. Isto é, algumas árvores procuraram a oliveira; outras, a figueira; e outras mais, a videira. A ordem não especificaria uma distinção hierárquica entre união, espiritualidade e alegria. Ao contrário, as alternativas apresentadas por Jotão procuram relevar a necessidade da presença e preservação desses valores em todas as escolhas do cristão.

Mas, no caso do espinheiro, a escolha foi unânime: *"... todas as árvores disseram ao espinheiro: Vem tu, e reina sobre nós"*. A linguagem não é mais uma amenidade – "pairar sobre nós", como que a demonstrar um certo nível de igualdade e tolerância entre as árvores. Não é um grupo aceitando um domínio consentido da oliveira, da figueira ou da videira sobre todas elas. Mais do que um consenso, o convite ao espinheiro é uma permissão expressa: "Vem tu [espinheiro], e reina sobre nós". Não há engano nessa escolha, pois a unanimidade dos participantes e a concordância de propósito atestam o caráter de uma decisão fruto de uma vontade coletiva. Jotão assim descreve como tal escolha parecia ter sido feita pelos habitantes de Siquém: "de verdade e com sinceridade" (9.16).

Diferentemente das árvores anteriormente convidadas, que centralizaram nas suas qualidades um argumento de recusa, o espinheiro realça a natureza do relacionamento que

estaria por se tornar realidade. A oliveira não quis comprometer a sua união. A figueira declarou-se zelosa de não arriscar a sua espiritualidade. Enfim, a figueira não arriscou desperdiçar sua alegria. Mas o espinheiro, este foi ao ponto principal e disse: "Se vocês estão me escolhendo, saibam que eu vou assumir domínio sobre vocês!". Mesmo diante desta advertência, Abimeleque foi proclamado rei.

ESCOLHAS E NÃO-ESCOLHAS

Uma análise simples, baseada no apólogo de Jotão, nos permite reconhecer que há sempre duas grandes escolhas presentes na vida dos homens: o governo de Deus (que Gideão defendera em palavras, mas recusara com seu gesto de auto-união) ou o governo dos homens (o domínio dos espinheiros). A alternativa de escolhermos entre a oliveira, a figueira ou a videira não é uma oposição ao governo do espinheiro. Antes, são o compromisso do cristão diante de qualquer tipo de "árvore que paire" sobre a sociedade. A união, a espiritualidade e os valores do cristão são realidades que devem resistir até mesmo ao fogo do espinheiro.

O espinheiro é sempre a alternativa do poder temporal, secular – quer seja político, social, econômico ou das armas. O espinheiro sempre "cospe fogo" (9.15) para exercer seu domínio, e punir os que lhe resistem. Todo sistema humano de representação de poder é babilônico, demoníaco – por definição da natureza dos poderes deste mundo. Entretanto, a presença do cristão o torna "sal e luz" (Mt 5: 13-16) neste mundo. O cristão planta o poder de Deus, através das oliveiras, figueiras e videiras "no arraial do inimigo" – sempre expostas ao fogo do espinheiro.

As nossas escolhas não mudarão a natureza do governo do espinheiro – com o qual as alianças são impossíveis de se fazer. A cristianização de uma nação (uma espécie de evangelização sem Cristo, pelo domínio dos meios políticos) não produz a justiça de Deus. Entretanto, a não-

escolha significa que estamos escolhendo o espinheiro, por omissão. Se a nossa união, espiritualidade e alegria espiritual não podem ser a expressão viva do poder de Deus – inclusive nas escolhas políticas – então seremos consumidos pelo fogo do espinheiro...!

ENVOLVIMENTO OU NÃO-ENVOLVIMENTO

Não é a intenção dessa singela reflexão esgotar as possibilidades teóricas sobre os pontos a favor ou contra o envolvimento do cristão na política – ou da Igreja nos poderes temporais. A realidade supera a vitória de qualquer discurso que vença a questão: o mundo sempre cobra o testemunho dos cristãos através das suas escolhas. Durante o holocausto nazista, o silêncio dos cristãos locais se fez rompido quando o pastor Bonhoeffer foi martirizado em um campo de concentração, às vésperas da capitulação do III Reich. Somente cinqüenta anos depois houve um *mea culpa* – que, mesmo assim dividiu os cristãos – quando muitas igrejas e líderes pediram perdão, publicamente, pelos seus atos de omissão enquanto Hitler “cuspiu fogo” pelo espinheiro do nazismo.

A sociedade consumista, permissiva e egoísta que nos envolve já invadiu o arraial do povo de Deus. De tempos em tempos, vemos que a união de líderes é comprometida pelas alianças indevidas; que a espiritualidade dos cristãos não é suficiente para evitar a corrupção de pastores, empresários, políticos e outros que se dizem cristãos. Os valores da vida cristã parecem não resistir à sedução de aceitarmos um confortável lugar de reconhecimento na sociedade. Honestidade, pureza sexual, fidelidade ao cônjuge, piedade em relação aos pobres e desafortunados, uso das nossas riquezas em prol da evangelização, amor à vida destruída pelo aborto, compartilhar bênçãos e valores – tudo isto tem deixado de ser o alvo das nossas escolhas. A conformação ao

mundo remove a perseguição e a acusação de sermos legalistas, moralistas, radicais.

Mais poder, mais riqueza, mais fama tem substituído a prioridade de unção, espiritualidade e valores. Como consequência, o envolvimento na política pode correr o risco de ser, não uma empreitada de "iluminar" ou "salinizar" o mundo, mas uma verdadeira contaminação do povo de Deus e da Igreja. Mas não precisa ser assim.

Se um cristão, um líder ou denominação advogam um não-envolvimento, que avaliem até que ponto tal ato será uma omissão que acaba contribuindo para consolidar o poder do espinheiro. Por outro lado, se um cristão, um líder ou uma denominação defendem e participam politicamente, seu maior desafio é permanecer fiéis ao chamado profético de influenciar, em lugar de serem influenciado. De serem luz, em lugar de trevas. De fornecerem saber, em vez de serem pisados pelos homens.

. Afinal me mostrem um versículo claro nas Escrituras; liberando o Cristão para militar na política ou então proibindo o Cristão de se envolver com a política, um único versículo, mas que seja claro; e não uma "particular interpretação". Se um Cristão não pode ter nada com a Política, também não deveria poder servir às Forças Armadas (Ef 6:12), não deveria poder se envolver com o Comércio (Ez 28: 14-16) e nem deveria poder se matricular em nossas Universidades Secularizadas (Col 2:8). Tudo isto é mundo, não apenas a política! Sejamos sinceros não hipócritas.

TESTEMUNHO E MARTÍRIO

Para ambos – tanto para o que se envolve, quanto para o que não se envolve – a questão maior sempre será evitar o laço de rejeitar o governo pessoal de Deus sobre as suas próprias vidas. Os governos humanos e os poderes invisíveis

são sempre passageiros – por mais que exerçam seus domínios por algum tempo.

Em tempos de aparente paz, a nossa luz é denominada "testemunho". Em tempos de perseguição, a palavra é "martírio". Quando em nossas Bíblias lemos que o poder do Espírito Santo nos tornará testemunhas (At 1:8), a palavra original é "mártir". Ambas as palavras "Testemunha e Mártir" têm o mesmo sentido original, no Novo Testamento. João, o batista, pagou com o preço da sua vida, quando sua pregação denunciou as trevas que haviam se abatido sobre o trono de Israel. Seu anúncio do Messias era, ao mesmo tempo, denúncia da impiedade e da pecaminosidade do rei Herodes, o tetrarca. O testemunho de João foi o seu martírio, para obedecer a Deus, resistiu ao poder do rei.

Todas as autoridades estão debaixo do governo de Deus. Por este motivo, aumenta a nossa responsabilidade como "oliveiras", "figueiras" e "videiras" no processo de escolhas na sociedade. Nossa omissão pode ceder lugar ao espinheiro. Mas, em cada geração, a principal escolha é sempre escolher: "O que não nos afaste de Deus, e contribua para a propagação do Seu Reino". Eis o nosso grande desafio.

O Cristão Deve Participar da Política?

Christopher Walker

O maior problema em relação a certas perguntas é a falta de um contexto adequado para se entender a resposta. Geralmente queremos uma resposta abrangente, definitiva, sem ambigüidades. Mas o pior não é isto — é quando fazemos perguntas de jornalistas, sem nenhum interesse em aplicar a resposta à nossa vida, só em conseguir algo que nos ajude a definir ou classificar o entrevistado.

Os fariseus faziam este tipo de pergunta, com este tipo de motivação. Por exemplo: "*É lícito ao homem repudiar sua mulher por qualquer motivo?*" (Mt 19.3). A resposta foi tão difícil que os próprios discípulos não a entenderam, e Jesus explicou: "*Nem todos podem aceitar esta palavra, mas somente aqueles a quem é dado*" (v.11).

"O cristão pode participar da política?" é uma pergunta mais ou menos deste tipo. Primeiro, porque gostaríamos de uma resposta taxativa: sim ou não. Assim dá para classificar todo o mundo em dois lados, os que apóiam a participação e os que não apóiam.

Segundo, e principalmente, porque esta é uma pergunta que pressupõe um entendimento do que é ser cristão. Há toda espécie de conceito incompleto e errôneo hoje sobre o que é cristão e o que é igreja, e isto obviamente

implica muito na atitude que a pessoa terá sobre a participação na política.

Jesus foi além do entendimento distorcido que os fariseus tinham a respeito do povo de Deus e da natureza de Deus, para responder às suas perguntas. Foi até mesmo além dos limites insuficientes da lei de Moisés, e falou sobre a intenção de Deus "*no princípio*" (Mt 19.8). Se quisermos base na Bíblia para justificar nossas opiniões, provavelmente a encontraremos. Mas se quisermos saber o que Deus realmente deseja e pensa hoje, a resposta com certeza será mais complexa, menos generalizada, e dependerá muito do nosso relacionamento com ele e com seus propósitos na terra.

CONFLITO ENTRE DOIS REINOS

Uma das grandes diferenças entre o cristão e o não cristão é a visão que cada um tem do homem e da sua progressão na história do mundo. O homem natural vê toda a civilização e o desenvolvimento humano como fruto do seu próprio esforço e capacidade, e encara os perigos e dificuldades do futuro apenas como novos desafios que certamente conseguirá superar. Seu sucesso depende somente dele, e talvez de um fator indeterminado, como "sorte" ou "destino".

O cristão, que se baseia na revelação do plano de Deus na Bíblia, entende que toda a história deste mundo é na verdade o desdobramento do conflito entre duas grandes forças antagonicas, entre dois reinos, entre dois sistemas.

Com a decisão do primeiro homem de escolher o conhecimento do bem e do mal, e o ser "como Deus", com todas as implicações de auto-exaltação, auto-gratificação, e auto-realização, não só entrou o pecado na própria natureza do homem, mas o sistema deste mundo foi entregue ao adversário de Deus. "*Sabemos que... o mundo inteiro jaz no Maligno*" (1 Jo 5.19; veja também Ef 2.2; Gl 1.4; Jo 12.31; 14.30).

Por isto, a obra de Jesus na cruz não foi apenas para arrancar o homem deste sistema maligno, e transportá-lo para um reino perfeito, muito distante daqui — ou seja, uma redenção pessoal — mas também para derrotar este sistema contrário comandado por Satanás aqui na terra (Cl 2.15; 1 Jo 3.8).

OPINIÕES SOBRE O REINO

É aí que entra uma porção de opiniões contrárias e conflitantes no meio da cristandade. Quando se fala no "Reino de Deus", alguns acham que isto se refere ao reino distante, onde Deus está agora, e onde nós só estaremos depois da morte ou depois da volta de Cristo. Outros acham que é o mesmo que "igreja", portanto presente agora, mas também não acreditam em alguma implantação prática deste reino como sistema diferente antes da Segunda Vinda. E ainda outros crêem que podemos experimentar o reino, como governo de Deus, e como sistema de vida, aqui e agora, e que devemos lutar para implantá-lo por todos os meios possíveis: através da cultura, da política, da educação — e em alguns casos históricos, até através da força.

Sem aprofundar no assunto, vamos tentar responder a cada uma destas três opções.

1. O Reino como realidade futura somente

Está muito claro nas palavras de Jesus que ele considerava o reino como realidade presente. Inicialmente era por causa da sua própria pessoa. Nele tivemos o primeiro cumprimento do Reino de Deus. Esta realidade estava relacionada com a autoridade de Deus sobre as forças malignas (Mt 12.28), com a cura e libertação de pessoas escravizadas por estas forças (Lc 4.18,19 e Mt 10.1,7,8), e principalmente com a encarnação da Palavra e vontade de Deus

(Mt 7.21; Hb 10.5-9; Jo 1.14). Jesus nos ensinou a orar: "Venha o teu reino, seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu" (Mt 6.10). Tanto Jesus como os apóstolos falavam do reino como uma realidade presente (Mc 12.34; At 14.22; Cl 1.13 etc.).

Porém, com isto não estavam se referindo a um sistema de governo ou a um Estado independente. Jesus ainda não seria o Rei que os judeus esperavam que viesse sentar-se no trono de Davi. Ele fugiu quando tentaram coroá-lo (Jo 6.15); não permitiu que seus servos usassem força, porque seu reino não era deste mundo (Jo 18.36); e disse aos discípulos que só o Pai tinha conhecimento do tempo em que o reino como manifestação exterior seria restaurado (At 1.6-7).

A realidade presente do reino era algo que começava no interior (Lc 17.20,21). Era caracterizado por outras atitudes, descritas por exemplo nas bem-aventuranças (Mt 5.3-12). É o pobre de espírito, o pacificador, o misericordioso, o perseguido, a criança, o último na sociedade e hierarquia humana, o quebrantado, o que perdoa. Estas são algumas das qualidades e princípios que formam um reino totalmente diferente do reino deste mundo. E não precisamos esperar o cumprimento vindouro e visível do reino para entrar nesta realidade (Mt 5.3; Lc 12.32; 16.16).

2. A Igreja e o Reino agora são a mesma coisa

Esta talvez seja a visão mais predominante entre os cristãos hoje. A confusão entre reino e igreja traz muitos problemas no nosso entendimento do plano de Deus, e conseqüentemente na nossa prática.

Na verdade, os dois são intimamente interligados, porém não são a mesma coisa. O Reino de Deus é o alvo, o propósito de Deus para o homem, é o sistema perfeito de vida, amor e comunhão que já existem onde ele está. É eterno, inabalável (Hb 12.28), o *summum bonum* (em latim, o

bem maior), o valor máximo, a pérola de grande valor. É este reino que se deve buscar em primeiro lugar (Mt 6.33).

O reino tem quatro qualidades que não se aplicam à igreja da mesma forma: representa o valor máximo, pois não há nada mais alto, nem maior que ele; é eterno, pois não tem começo nem fim; é absoluto, pois não tem alterações nem adaptações; é infinito, pois não tem limites de tempo ou espaço.

A igreja, por outro lado, é o meio ou instrumento deste ideal do reino. Assim como Israel no Velho Testamento não era um fim em si mesmo, mas um sacerdócio real, um instrumento para levar o conhecimento e a vida de Deus a todas as famílias da terra (comparar Gn 12.1-3 com Êx 19.5,6; Is 62.1,2), a igreja tem este mesmo propósito (1 Pe 2.9; Ef 3.8-11).

Tanto Israel como a igreja são vistos como eternos no sentido de constituírem a noiva de Jesus, ou seja, a coletividade ou corpo das pessoas redimidas de todas as épocas, que é o sentido da igreja universal. Este tema de uma companheira eterna para o Filho de Deus aparece na Bíblia inteira, desde a figura de Eva no jardim do Éden, passando pela nação de Israel, e agora com a igreja. Porém, assim como aconteceu com Israel, a igreja também não é eterna no sentido de ser uma representação imperfeita e limitada do reino ideal e absoluto. Além disso, pode se transformar (como aconteceu durante toda a história do Velho Testamento, e na história da igreja) em sistemas humanos, coligados ou filiados ao sistema maligno deste mundo, quando se torna um fim em si mesma, buscando sua própria identidade, poder, conforto, avanço e realização.

2.1 Distinção entre igreja e reino

Por isto, mesmo no Novo Testamento, antes do desvio e declínio da igreja, e de toda esta confusão e multiplicidade de sistemas eclesiásticos que temos hoje, os termos igreja e

reino não eram usados exatamente da mesma forma. Veja a seguir:

- Jesus praticamente não falou sobre igreja (apenas duas vezes em Mateus 16.18 e 18.17). Isto foi porque a visão do reino precisava vir antes da prática da igreja; do contrário, inevitavelmente, acabaria resultando na formação de uma instituição humana.
- Nunca se fala, nem pelo exemplo dos apóstolos, nem por exortação ou ensino, em pregar ou anunciar a igreja, e sim, o reino. João Batista e Jesus abriram a Nova Aliança desta forma, e os apóstolos os seguiram. Anunciar a igreja seria cair na armadilha de promover a si mesmo, ser um fim em si mesmo (ver Jo 5.31). Mas quando se anuncia o reino, há arrependimento, e a igreja é edificada (At 8.12).
- Devemos buscar o reino, não a igreja em primeiro lugar (Mt 6.33).
- É o reino que é entregue ao Pai no fim, não a igreja (1Co 15.28).
- Mesmo depois da ressurreição, Jesus falou do reino aos seus discípulos, como suas instruções finais (At 1.3).
- É o reino que consiste, não de palavras, mas de poder (1 Co 4.20).

2.2 Desviando do Foco

Quais as conseqüências de não entender esta diferença entre reino e igreja? Mesmo quando se começa com uma visão verdadeira das características do Reino de Deus em contraste aos sistemas deste mundo, como nos tempos apostólicos, a partir do momento em que se busca o enaltecimento, crescimento, e satisfação da igreja em si, imperceptivelmente esta se transforma num sistema humano. E o sistema precisa de atenção e dedicação para se manter.

Desvia-se, assim, o foco do reino para a igreja — que virou sistema.

No final do processo, não se acredita mais que os princípios do reino são praticáveis, e o reino, que é esta realidade radical, ardente, e intensa do coração de Deus, é domesticado e controlado dentro dos limites humanos. Em outras palavras, deixa de existir. O reino é igual à igreja, e a igreja é um sistema humano. Voltamos à primeira posição, que é acreditar que o reino que Jesus viveu e anunciou só virá quando ele voltar.

Aqui cabe um alerta muito importante. Muitos podem deduzir do acima exposto que quem faz parte de uma igreja organizada está fora da visão do reino, e que a solução seria sair de toda instituição e buscar o reino fora dos sistemas humanos.

Outra vez estamos querendo respostas simples e racionais. O Reino de Deus é uma realidade interior e espiritual. É radical, é poderoso, envolve todo nosso ser, é prático, é atual, está aberto para nós hoje. Mas é interior, e nenhuma mudança exterior pode substituí-lo.

A experiência tem provado vez após vez que o "sistema" de quem acha que não tem sistema é pior e mais dominante que os sistemas claros e assumidos. Isto é porque é mais sutil e mais enganoso. Temos de voltar para a verdadeira realidade interior. A partir daí, o próprio Senhor tomará conta das conseqüências.

O reino sempre traz conseqüências, mas estas podem não ser as que esperávamos. Jesus não começou organizando nada. Ele trouxe "graça e verdade", sua vida radicalmente diferente, e continuou vivendo e alcançando pessoas dentro do sistema judaico. Mas não era comprometido nem com o sistema religioso, nem com o sistema político. Esta é a posição de quem realmente vive em outro reino.

3. Trazemos o Reino salgando o sistema político-cultural atual

Como sempre, quando se trata de verdades espirituais, a linha divisória não é plenamente visível ao nosso raciocínio humano. De fato, somos chamados a ser "sal da terra", "luz do mundo", e a não nos esconder "debaixo do alqueire" (Mt 5.13-16). O cristianismo durante a história influenciou profundamente a civilização ocidental, as leis e as bases da sociedade, da justiça, e do valor do indivíduo. Algumas pessoas desempenharam este papel com admirável pureza, sem cair nos laços comuns nesta área, como William Wilberforce na Inglaterra do final do século XVIII.

3.1 Outro povo especial?

Porém, existem alguns problemas especiais que tendem a ocorrer neste posicionamento. Um é a idéia de que Deus novamente escolherá um país como seu povo especial, à semelhança de Israel no Velho Testamento. Esta idéia tem encontrado muitos adeptos em diversos períodos históricos, notadamente na Inglaterra, e nos Estados Unidos. Resulta em arrogância e atitude de superioridade entre o povo cristão, e numa sensação de falsa segurança, por achar que Deus tem alguma obrigação de protegê-los como povo especial. Também leva cristãos a se identificar com partidos políticos, ou com políticas do governo, como se fossem autorizados por Deus.

Além de Israel, Deus não tem mais nenhum povo especial em termos de raça ou país. Ele também não tem partido político ou posição ideológica. A igreja é sua nação santa, porém sem compromissos ou identificação com país, governo, ou sistema político.

Isto não é negar que Deus tenha missões específicas para seu povo em determinados países e determinadas gerações. A hegemonia da Inglaterra durante o tempo do seu

império, e a posição política e econômica dos Estados Unidos desde o século XX, conferiram oportunidades e responsabilidades especiais às igrejas naqueles países de espalhar o evangelho pelo resto do mundo. Deus também tem, indiscutivelmente, uma missão específica para seu povo nesta grande nação do Brasil, que passa por uma fase de abundante colheita de almas paralelamente a sérias crises em outras partes do mundo. Mas isto não significa que o Brasil será um "país totalmente cristão", que o governo será redimido e purificado de sua corrupção, ou que alcançará uma sociedade totalmente justa.

3.2 O reino exterior começando agora?

O outro problema que surge com esta perspectiva é a tendência de transportar para a era atual aspectos da implantação do Reino de Deus que só virão depois da vinda do Rei. Por exemplo, alguns pensam que os cristãos podem se tornar cada vez mais fortes e influentes a ponto de mudarem as leis, de ocuparem posições de destaque, e de pouco a pouco transformarem a cultura, a educação e os costumes do país.

Somos sal da terra, e devemos dar nossa contribuição, e proclamar as verdades e os valores do reino de todas as maneiras possíveis. Devemos defender dentro da política e fora dela as posições de justiça e igualdade que manifestam a natureza de Deus. Mesmo estando conscientes da corrupção progressiva deste mundo (Mt 24.10-21; 1 Tm 4.1; 2 Tm 3.1-5 etc.) e do iminente juízo de Deus, nosso papel é sempre proclamar com palavras e ações a vontade e a natureza do nosso Deus.

Enquanto for possível preservar a sociedade e impedir o juízo, possibilitando a expansão do evangelho e da Palavra de Deus, devemos fazê-lo. Neste sentido, quando Deus permite que um representante do reino esteja dentro de algum nível de governo, à semelhança de José, Daniel e Ester, ainda

que seja uma missão difícil que requeira coragem e ousadia, é esta a sua função: posicionar-se ao lado da verdade e da justiça de maneira ainda mais pública que o restante da igreja.

Porém, o Reino de Deus não virá através de mais cristãos em posição de governo, ou de leis mais "evangélicas", ou de livros didáticos com uma visão cristã nas escolas, por mais importantes que qualquer um desses fatores seja. Nosso papel é contribuir nestas áreas enquanto for possível, mas entender que jamais resgataremos o "sistema" antes da volta de Jesus. É mais fácil nós sermos engolidos pelo sistema se não entendermos o perigo nesta área e nosso verdadeiro objetivo de estar ali.

Jesus disse em João 14.30 que o príncipe do mundo estava chegando, mas que não tinha nada nele. Não havia nada em Jesus que desse a Satanás um direito, uma base, ou uma aliança para reivindicar. Quando nos comprometemos com sistemas que funcionam com os princípios de Satanás (autopromoção, busca de vantagens próprias, orgulho, exaltação, interesses pessoais, exercício de controle sobre outros etc.), mesmo que sejam sistemas "religiosos" ou causas "cristãs", não podemos dizer que o príncipe deste mundo "nada tem em nós".

3.3 A questão da mistura

É interessante notar neste contexto uma aplicação das três personagens no Velho Testamento que são mais freqüentemente usadas como modelos para a participação de cristãos na política. José no Egito, Daniel em Babilônia, e Ester na Pérsia foram realmente exemplos de que é possível manter a integridade e ainda cumprir o propósito de Deus dentro dos mais altos escalões do poder temporal.

Porém, podemos ver também que este propósito não era resgatar ou redimir os sistemas de que participaram. Cada um recebeu uma missão especial (que nem sempre estava clara quando entraram naquela posição), e a cumpriu sem se

comprometer com o sistema. Contribuíram através da sua posição para o avanço do plano de Deus em sua geração, sem buscar vantagem pessoal, e foram fiéis mesmo diante de grande risco pessoal. Entretanto, não deixaram nenhum saldo permanente ou transformação dentro dos governos de seus respectivos países.

Jesus contou várias parábolas, principalmente as que estão em Mateus 13, para mostrar exatamente a mistura que continuará dentro do reino aqui na terra até o fim desta era. Se não entendermos este princípio, podemos ficar até perplexos quando lemos: "O reino dos céus é semelhante..." a fermento, a uma árvore abrigando aves do céu, a sementes caindo em terrenos que não produzem fruto, e a uma rede cheia de peixes bons e maus. Jesus estava mostrando que o reino seria uma realidade, porém teria de coexistir dentro do reino adversário até o fim.

A parábola do joio e do trigo mostra isto de forma mais clara ainda. De acordo com esta parábola, a semelhança exterior entre "os filhos do reino" e "os filhos do maligno" (Mt 13.38) é tão grande que não dá para separá-los enquanto a semente, tanto nestes como naqueles, não houver crescido e amadurecido.

Com isto concluímos que existe uma realidade presente e praticável do reino que começa dentro de nós, e que é pré-requisito para a manifestação exterior do reino que virá com a volta do Rei. Esta realidade nem é tão abstrata como alguns pensam, nem tão visível como outros esperam. Verdaderamente é um mistério, mas se formos discípulos envolvidos e não apenas repórteres curiosos, este mistério nos será aberto pelo Espírito Santo (Mt 13.11; 1 Co 2.9-16; Jo 16.13-15).

CONCLUSÕES

Podemos sintetizar nossa compreensão da seguinte forma:

- Fomos redimidos por Jesus tanto da escravidão ao pecado como ao sistema do príncipe deste mundo. Somos membros de um outro reino, e nosso papel principal em qualquer tipo de vocação em que Deus nos colocar é viver os princípios totalmente opostos deste reino. Isto é tão verdade na política quanto em qualquer outro chamamento.
- Existe uma guerra entre os dois reinos, e precisamos ver a qual dos dois estamos fortalecendo. Se falamos que pertencemos ao Reino de Deus, mas baseamos nossa vida nos princípios do reino adversário, seremos um reino dividido contra si mesmo, sem chance de causar perigo ao reino maligno.
- Viver em um outro reino não é sair do mundo (Jo 17.15), nem isolar-se das pessoas ou das instituições políticas que estão dentro dos sistemas. É não se identificar com os princípios, as ambições e os desejos que constituem o sistema do maligno. Na política, como em qualquer outra posição que implica em poder, dinheiro ou fama, precisamos estar separados de qualquer vantagem ou interesse pessoal, e cuidar dos interesses do propósito de Deus. Podemos levar anos para entender as implicações práticas desta posição, mas vale todo nosso esforço descobrir como isto se aplica à nossa situação específica. Resulta de uma posição do coração, do reino que foi implantado em nosso interior.
- Achar a posição interior pode não ser muito fácil, mas identificar alguém que vive pelos princípios inversos que Jesus ensinou não oferece dificuldade alguma. Todos, cristãos ou não cristãos, sabem quando alguém não busca os próprios interesses, quando realmente paga um preço para se posicionar ao lado da verdade, e quando procura o bem-estar de toda a sociedade e não só do grupo que representa.

INDEFINIÇÃO EQUILIBRADA E SANTA

Isto nos deixa com uma conclusão prática menos definida do que gostaríamos. Queríamos de algo, um único versículo que fosse, nos desse base para abandonar o envolvimento político como armadilha de Satanás, ou para podermos entrar no sistema e alcançar objetivos substanciais. Queríamos estar dentro ou fora, posicionados à direita ou à esquerda, sentir autorização de Deus para apoiar este ou aquele candidato, e assim por diante. Infelizmente a Bíblia não radicaliza neste aspecto e portanto, se somos servos de Deus, também não podemos radicalizar.

Porém o caminho que Jesus parece ter traçado para seus discípulos na sua perseguição ao Reino de Deus é um caminho muito mais tênue e delicado. Devemos ter muito claro quais são nossas prioridades, quais as forças que estão em jogo, e qual nosso papel como cristãos no meio destas forças.

Teremos de manter em tensão dinâmica nossa visão da corrupção da natureza humana, junto com o potencial ilimitado do que Deus pode fazer com um indivíduo redimido; a necessidade de nos manter totalmente desalinhados e descomprometidos com qualquer sistema em si, junto com o chamado de nos envolver profundamente com as pessoas que estão dentro dos sistemas; e a total desesperança na reforma ou renovação do mundo através de sistemas políticos e exercício de poder, junto com nossa inteira disposição de cumprir responsabilmente o papel de sal e luz na sociedade, representando nosso Deus, sua vontade e sua natureza em todo lugar em que estivermos.

Não somos conservadores nem revolucionários, apáticos nem fanáticos, cínicos nem ingenuamente idealistas; somos capazes de independência e confronto aos erros e injustiças, porém solidários e comunicativos. Somos membros de outro reino, e nossa vida é dedicada à sua implantação; porém vivemos responsabilmente dentro do reino inimigo.

Não nos anteciparemos à vinda do Rei, tentando já trazer o reino em sua manifestação exterior, mas sim a sua implantação em nosso interior e onde houver terreno fértil.

"Isto, porém, vos digo irmãos, que o tempo se abrevia; pelo que, doravante... os que usam deste mundo sejam como se dele não usassem em absoluto, porque a aparência deste mundo passa" (1 Co 7.29, 31).

O EXEMPLO DE NOSSO SENHOR

Existe uma questão que frequentemente tem sido levantada, mas raramente respondida de uma forma satisfatória: ***Qual é, exatamente, o lugar que um crente deve ocupar na política ou na administração civil do país no qual vive?***

O que é um político? No melhor sentido da palavra, um político é alguém que tem um considerável e constante interesse na comunidade na qual ele vive, nos negócios e nas pessoas que compõem esta comunidade. Ele louva os governantes quando fazem o que é correto e os condena quando não o fazem. Ele levanta a voz contra injustiças, fraudes, enganos, corrupções e quaisquer restrições à liberdade. Ele resiste ao mal até onde lhe permite a lei. Ele usa toda a oportunidade para influenciar o governo, e se tem chance, trabalha pelo bem da humanidade. Ele almeja administrar os negócios do Estado de uma maneira benevolente.

Como pode alguém definir o papel que um cristão deve desempenhar na política? Nosso apelo pode unicamente ser feito à Bíblia. Para o cristão, a Bíblia é a única fonte de autoridade e doutrina. Começemos antes de tudo, por tomar o exemplo deixado pelo nosso Senhor Jesus Cristo. Nós julgamos que o que Ele fez, foi e é, correto, e que aquilo que Ele não fez, é errado, ou ao menos sem grande importância.

Em 1Pe 2:21, lemos que Cristo nos deixou o exemplo para que sigamos Suas pisadas. Em Jo 8:29, Jesus diz que sempre faz o que é do agrado do Pai. Em Mt 17:5, Deus nos diz que Jesus é seu Filho amado, no qual Ele se alegra, e que devemos ouvir a Ele. Destes versículos aprendemos três verdades essenciais:

- Jesus fez somente o que agradava ao Pai.
- O Pai se agradou de tudo o que Jesus fez.
- Jesus é o exemplo, do que agrada ao Pai.

Jesus envolveu-se com política? Tomou alguma parte no governo do Império Romano ou da nação de Israel? Proferiu julgamento à respeito de alguma pessoa ou medida? Posicionou-se ao lado de qualquer grupo político, oprimido ou não? Exerceu qualquer tipo de função civil. A resposta a todas essas perguntas é um enfático, NÃO!

A Sua conduta foi exatamente o inverso da conduta normal de um político. A liberdade dos Judeus se fora e Ele não fez coisa alguma para remediar esta situação. Sua própria pátria e povo eram oprimidos pelo Imperador Romano, mas Ele não se preocupou com isto. Escravidão, guerra, pobreza, bebidas, prostituição, floresciam no ambiente político da época e Ele não fez nada para tentar corrigir tal situação. Ele recusou a agir como um político, como nos é relatado em Lc 12: 13-14, quando negou-se a intervir em um problema financeiro entre dois irmãos. Em Jo 3:17, Ele especificamente afirma que não veio ao mundo para julgar o mundo (a pregação do evangelho não é para a condenação do mundo e de suas coisas).

Em Mt 14: 10-13, quando contaram a Jesus que Herodes decapitara a João Batista, não houve nenhuma demonstração política, nenhum quebra-quebra ou pilhagem de estabelecimentos comerciais, nenhum bloqueio de bigas e carros de boi, à guisa de protesto ou retaliação, nenhum tipo de condenação pública a Herodes e seu governo. Jesus e Seus discípulos apenas retiraram-se silenciosamente e foram para um lugar deserto para se afastarem de tudo aquilo por algum tempo.

Em Lc 13: 1-5, nosso Senhor não tem qualquer palavra de condenação para o ultrage nacional cometido por Pilatos, ao matar alguns galileus no templo, em meio aos sacrifícios ali oferecidos. Essa profanação pagã do templo e repulsiva indignação perpetrada pelo pagão Pilatos, não extraiu nenhuma palavra do Senhor Jesus Cristo.

Jesus não contendeu por direitos civis para si mesmo ou para Seus seguidores, mas ensinou Seus discípulos a

serem obedientes às autoridades constituídas. Em Mt 22: 15-20, nosso Senhor Jesus Cristo lhes ordenou paragem os tributos à César. César era um assassino, depravado, imoral, adúltero; ele era cruel e sem coração. Jesus disse que lhe pagassem os tributos, ainda que parte deles se destinassem ao sustento dos cultos idólatras do Império Romano. Jesus não se intrometeu em nenhum dos assuntos dos governos das terras por onde passou. Nem tampouco devemos nós fazê-lo. Em Jo 20:21, nosso Senhor diz que da mesma forma que o Pai o havia enviado, ele enviaria a nós.

O EXEMPLO DA IGREJA PRIMITIVA

Observemos o exemplo do Apóstolo Paulo. Em At 16: 16-34, quando Paulo e Silas foram injustamente presos, acusados, condenados e agredidos, seus seguidores não fizeram qualquer manifestação de protesto, nem no palácio do governador e nem pelas ruas. Paulo e Silas não proferiram nenhum protesto, mas oraram a Deus e Ele moveu-se de maneira miraculosa para salva-los.

Contudo, houve uma vez em sua vida que o Apóstolo Paulo se envolveu em política. No seu julgamento diante de Festo conforme relatado em At 25:11, Paulo exerceu seu direito como cidadão romano e apelou para César, isto é reclamou proteção civil baseada em direitos civis. Aquele apelo, aquele momento único de fraqueza, ao voltar-se para o poder político e para as autoridades, em vez de tornar-se para o Senhor, custou-lhe passar o resto de sua vida aprisionado, exceto talvez por uma possível trégua entre o que ele chama de sua primeira e segunda prisão.

Em At 26:32, Agripa disse a Festo: “Este homem bem que podia ser solto, se não tivesse apelado para César”, o que vale dizer: este homem poderia ter sido liberto, se não tivesse usado seus direitos civis em vez do poder espiritual.

Em At 12, onde lemos sobre a morte de Tiago e da prisão de Pedro, a Conferência de Liderança Cristã não apelou a Jerusalém ou a Roma, nem iniciaram um protesto pela não-violência, nem começaram a agir como vândalos, destruindo propriedades, queimando ou saqueando. Eles fizeram o que todo o cristão deveria fazer – retiraram-se para uma casa particular e oraram. E o senhor ouviu suas orações.

ENSINAMENTOS BÍBLICOS

Agora consideremos alguns dos ensinamentos bíblicos concernentes ao relacionamento do cristão com o mundo. Em Hb 11: 13-16, lemos que os cristãos do primeiro século “confessavam que eram estrangeiros e peregrinos na terra”, e que estavam à procura de uma pátria melhor. Em 1Pe 2: 11-18, os cristãos são encorajados a sujeitarem-se a toda a autoridade humana por amor do Senhor, independente de ser essa a mais alta corte da terra ou a menor delas. Em Rm 13, os cristãos são estimulados a se submeterem às autoridades superiores, porque não há autoridade que não venha de Deus. Homens em posições de autoridade no Estado são chamados ali, de ministros de Deus.

As Escrituras a que já fizemos referência chamam a nossa atenção para o fato de que o governo civil foi estabelecido por Deus e que o cristão deve se submeter às autoridades, porém não somos chamados a exercer esta autoridade. Quando nosso Senhor disse em Mt 7: 1-6, que não deveríamos julgar, ele queria dizer exatamente isso. Também aprendemos em Dn 4:17, que o Senhor “tem domínio sobre o reino dos homens e que ele o dá a quem quer e até ao mais humilde dos homens constitui sobre eles” – grande contraste ao pensamento de muitos cristãos que pensam que precisamos assumir a direção do país, politicamente, caso contrário Satanás continuará governando.

Em 2Co 5:20, o Espírito Santo chama a nossa atenção para o fato de que os cristãos, cujo lar está nos céus, são embaixadores neste mundo, rogando ao mundo que se reconcilie com Deus. Em questões civis, embaixadores que se intrometem nos negócios do Estado para onde são enviados, são destituídos de seus cargos, a pedido do país no qual estão servindo. A função de embaixador é incompatível com funções políticas no local onde estão servindo.

A filosofia de muitos cristãos é de que os crentes na política tornariam o mundo um lugar melhor para se viver. Em 1Sm 2:8, na oração profética de Ana, o mundo é comparado a um monte de lixo, do qual os cristãos como mendigos, foram resgatados. Seguindo esta ilustração, todo esforço para tornar o mundo – amaldiçoado pelo pecado, condenado e prestes a ser destruído – em um lugar melhor para se viver, não é mais do que decorar e perfumar um monte de lixo malcheiroso.

Outra vez, os cristãos passando por esse mundo, são comparados aos filhos de Israel atravessando o deserto, à caminho da Terra Prometida. Todo os esforços para melhorar este mundo, através dos meios políticos, são como plantar flores, cultivar jardins e cuidar da paisagem do deserto, através do qual os filhos de Israel passaram.

Em At 15:14, lemos que Deus está separando, dentre os gentios, um povo para o seu Nome. Em 1Tm 4:1, aprendemos que a era na qual vivemos é governada e controlada pelo Diabo e por seus espíritos sedutores e que as coisas irão de mal a pior. Em 2Tm 3:19, aprendemos que o mundo se degenera continuamente até que, moralmente falando, torna-se insuportável. Em 1Ts 5:3, lemos a respeito da repentina destruição que está para vir sobre este mundo e sobre aqueles que forem deixados nele.

Os cristãos estão proibidos de amar o mundo, sendo ensinados que a amizade para com o mundo é inimizade para com Deus, conforme 1Jo 2:15. O mundo é mau, ímpio, condenado e moribundo, e está caminhando para sua

aniquilação. Então o Senhor criará um novo céu e uma nova terra, onde habitará a justiça.

Em Mt 5: 39-42, o cristão é exortado a não resistir ao homem mau; se agredido na face direita, deve oferecer também a outra face. Se alguém lhe tirar a túnica, deve também entregar a capa. Se for forçado a caminhar mil passos, deve caminhar dois mil por amor do Senhor.

Em 1Co 4:5, é-nos dito para não julgar antes do tempo, até que venha o Senhor (o tempo será quando o Senhor retornar em glória e poder). Em 1Co 6:2, somos ensinados que os santos não devem julgar o mundo, mas não antes que o Senhor volte e estabeleça o Seu próprio reino. Em 1Jo 3:1, aprendemos que o mundo não nos conhece, o que significa que não reconhecerá quando um homem é cristão, pelo fato de que não reconhecerá a Deus, como criador, sustentador e Senhor do universo.

A Escritura nos mostra em detalhes como agir nas várias esferas nas quais um cristão tem que se mover. A Escritura mostra e explica a um homem como agir como marido, como deve agir como um pai, na relação com seus filhos, como deve ser a sua conduta se ele é um empregado, como deve tratar um empregado, se ele é o patrão. A Escritura continua ainda explicando como os missionários, pregadores e mestres devem agir. Porém não há uma única palavra sobre como um cristão deve se portar como um político.

Dwight L. Moody expressou-se sobre este assunto com as seguintes palavras: - O mundo é como um navio naufragando; e eu não fui chamado para tentar salvar o navio, mas para salvar alguns do navio, antes que ele afunde.

Na carta de Judas, no versículo 23, o dever do cristão é definido como o de “arrebatar do fogo os pecadores perdidos, como uma brasa da fogueira”, e não de tentar apagar o fogo.

Em 2Co 6:17, os cristãos são comandados a sair do mundo e separar-se dele (Como essa Escritura tem sido

torcida e pervertida para justificar cristãos separando-se de cristãos).

A tempos atrás cantávamos o cântico seguinte:

Eu sou um forasteiro aqui, em uma terra estranha;
Meu lar é muito longe, em uma praia dourada;
Eu sou um embaixador de reinos além do mar,
Estou aqui a serviço do Rei.

JÁ É O TEMPO DE GOVERNARMOS?

Sempre que se aproxima um ano de eleições, muitos cristãos começam a se preocupar com a política. Nesta ocasião muitos desejam saber qual é nosso candidato, outros estão preocupados em saber qual é o papel que o crente deve assumir no campo do governo. Eu penso que a Bíblia é muito clara nos seus ensinamentos a esse respeito, porém esses, como tantas outras verdades bíblicas, são desagradáveis para muitos de nós.

A visão que alguém tenha, no que diz respeito ao Reino vindouro de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, determinará sua atitude para com o governo do mundo e para com a sua política. Se alguém acredita, contrariamente às Escrituras, que a Igreja trará o Reino e que o Reino não poderá vir até que a Igreja tenha produzido o Milênio, então esse crê na necessidade da Igreja e dos cristãos desempenharem um grande papel na política. Se, porém, como afirma a Bíblia, as coisas irão de mal a pior e a iniquidade será abundante, e não haverá paz até que Jesus volte, então os cristãos tem pouco ou nada a ver com a política. “Porque a nossa pátria está nos céus...”, e nossa verdadeira cidadania também é celestial. “De sorte que somos embaixadores por Cristo...”.

A verdade nesta questão, é que os cristãos são um povo celestial, com um chamamento celestial e com um lar também celestial. Nossa função neste mundo é aquela de um

embaixador, proclamando a um mundo de mente réproba, que Deus já se reconciliou conosco em Cristo e rogando aos indivíduos que se reconciliem com Deus. Como embaixadores, estamos aqui a serviço do Rei. Como embaixadores do céu, a nossa cidadania não é DESTA mundo, embora estejamos NESTE mundo (Jo 17:16).

Aqueles cuja cidadania é tanto DESTA mundo, quanto NESTE mundo, não sendo cidadãos do céu, são chamados, por todo o livro de Apocalipse, de “habitantes da terra ou moradores da terra”, e o governo deste mundo está nas suas mãos até o tempo em que o Senhor retornar, em poder e glória, para reassumir as rédeas do governo do mundo. Ainda que o governo do mundo esteja nas mãos de homens não regenerados, devemos reconhecer o fato de que Deus governa neste reino dos homens e coloca no poder, à frente dos governos, quem Ele quer. Veja Dn 4: 17-25. Satanás é o deus desta era e o príncipe das potestades do ar. E, embora Deus controle os assuntos dos homens, ainda assim, Ele permite que tais homens governem sob a direção de Satanás. Este não é o tempo para que os cristãos governem. Este não é o tempo para a Igreja governar. Este é o tempo em que a Igreja, a Noiva de Cristo, suporta rejeição por parte do mundo, juntamente com Cristo. Homens vis e irregenerados, administrando os negócios de Estado, são, apesar disso, referidos como ministros de Deus. Estude cuidadosamente Rm 13: 1-7.

Quando Jesus voltar e estabelecer Seu Reino aqui sobre a terra, os cristãos fiéis terão o privilégio e a responsabilidade de governar e reinar com Cristo. Lc 19:17, diz que “sobre dez cidades terás autoridade”. Ap 3:21, diz que “ao que vencer eu lhe concederei que se assente comigo no meu trono, assim como eu venci e me assentei com meu Pai no seu trono”.

Deixe-me repetir – este ainda não é o tempo para a igreja e os cristãos governarem em posições de Estado. Antes, a nossa relação com o mundo deve ser aquela de um

cidadão de todo o mundo. Devemos viver e pensar de maneira a cumprir a comissão de Mc 16:15 que nos exorta a ir por todo o mundo e pregar o evangelho a toda a criatura. Nós não devemos criar antagonismos com todas as nações do mundo, pela proclamação de que pertencemos a uma nação e, dessa maneira, abraçar o nosso testemunho por Cristo em outras nações. Devemos, antes, ser não-partidários, nas nações onde vivemos, do que nos fazermos membros de um partido, assim antagonizando todos os outros e impedindo que nosso testemunho para aqueles que não pertencem ao partido ao qual estamos afiliados. Veja este conselho das Escrituras: “Se for possível, até onde depender de vós, tende paz com todos os homens” (Rm 12:18).

Um estudo minucioso da vida de Cristo e de Seus discípulos, e da relação deles com a política local e mundial será de muito proveito. Cristo ordenou a obediência às leis da terra. Cristo e Seus discípulos pagaram, entretanto se devotaram a tarefa dada por Deus, que era a proclamação da paz pelo sangue derramado do Senhor Jesus Cristo. Nós devemos orar “pelos Reis e por todos os que exercem autoridade, para que tenhamos uma vida tranqüila e sossegada”, de maneira que todos os homens venham a conhecer o Senhor, conforme 1Tm 2: 1-4. ***A Igreja e os cristãos podem exercer muito maior poder e influência na política deste mundo pela oração, do que pela militância política, propriamente dita.***